

O que são nossos amigos?

resenha do livro A os nossos amigos: crise e insurreição, Comitê Invisível (2015, [download em https://we.riseup.net/assets/262783/AosNossosAmigos2014.pdf](https://we.riseup.net/assets/262783/AosNossosAmigos2014.pdf))

Gigi Roggero¹

O que são os nossos amigos?

A os nossos amigos é um livro que merece ser lido. Em parte, para estudar o que os autores dizem, em parte, os leitores, reais ou potenciais, que o leem. Mas a quem o livro apela, afinal? A resposta está contida no título, sem dúvida, um título certo: aos amigos. São os amigos de um “partido” invisível e disperso, imaginário e despido de organização. Na verdade, que refuga a própria organização. É um partido que emerge onde haja insurgência, “onde a época se incendeia”, que mergulha onde prevaleça uma calma aparente, no momento em que se volta a falar em “baixo entusiasmo da ‘gente’ para lançar-se numa batalha que se sente perdida por antecipação”. O livro fala aos amigos concretos e virtuais desse partido: àqueles que já o são, para reforçar a sua convicção, àqueles que podem vir a sê-lo, oferecendo-lhes argumentos fascinantes para tal.

A linguagem é adequada à tarefa, às vezes culta, às vezes coloquial, entremeadada de várias referências filosóficas, explícitas ou implícitas, e com numerosas citações dos amigos do partido, que falam a partir da matéria viva das lutas no Egito ou na Grécia. Os alvos polêmicos são frequentemente escolhidos com cuidado, os principais são a esquerda e os anarquistas, ou melhor, o sentimento profundo de derrota de que a primeira é portadora, bem como as lamúrias ideológicas dos últimos. Mais problemático do que isso nos parece ser, em diversos aspectos, o sentido conferido à crítica do presente, embora ele seja coerente com uma tonalidade geral de fundo que o livro transpira.

¹ Militante e copequisador de lutas e movimentos a partir de Bolonha, na Itália, participante dos ciclos de lutas na universidade (Edu-Factory) e dos precários no sul da Europa, autor de vários livros, como *La produzione del sapere vivo* (2009) e *Elogio della militanza* (2016). Seu livro *La misteriosa curva della reta di Lenin* está correntemente em tradução pela editora Autonomia Literária, com publicação prevista para 2017.

Repassaremos rapidamente os pontos de acordo e nos delongaremos, em vez disso, nos problemas que encontramos. O objetivo desta resenha não é, de fato, fazer um simples comentário, mas contribuir para uma discussão militante e coletiva, clara e produtiva. Também os nossos amigos, pensamos, compartilham desse mesmo propósito.

Dentro do apocalipse duradouro

O texto se move de modo frenético através do tempo e do espaço. Londres, Sidi Bouzid, Atenas, Gaza ou Clichy-sous-Bois, Argentina, Guadalupe, Québec, China ou Estados Unidos. Ele mata no peito a atualidade e a coloca para deslizar ao longo da crônica. O ano da Comuna de Paris (1871) surge como um relâmpago para a seguir ser contraposto ao movimento *no global*; os índios aimarás do Altiplano, os militantes do IRA e os black blocs se revezam em indicações e avisos; por vezes, o mundo inteiro se alisa, aplaina-se e as distâncias se encurtam e mesmo se anulam. O risco é terminar numa espécie de liquidificador da história 2.0, em que os conhecimentos se tornam líquidos e os processos políticos dissolvidos em abstrações de tweet.

Apesar disso, quando põem em foco a crítica do presente, os nossos amigos nos indicam pistas e trilhas com reflexões significativas. Nos dizem, por exemplo, duas coisas relevantes a respeito da relação entre crises e movimentos, a partir de 2008. A primeira coisa é que a crise é um modo de governo. A sua duração indefinida não significa um enfraquecimento automático de nosso inimigo. Ao contrário, o uso capitalista da crise hoje consiste em transformar a impossibilidade de saída num elemento estável que reforça o comando sobre o presente. Quem fica esperando pelo colapso do capitalismo se confundiu de filme. E, acrescentamos, permanecerá iludido nessa miragem também quem sonha com uma relação linear entre desenvolvimento da crise e desenvolvimento das lutas, ao fetichizar uma raiva espontânea que, existente em si própria, seria um dado sociológico aberto a algum posterior direcionamento político. A segunda afirmação do livro para raciocinarmos é que, nos últimos anos, aconteceram insurreições porém sem revolução. Pois, de fato, não corresponde à verdade o quadro pintado pelas informações oficiais, que expõe a cena de uma sólida pacificação de revoltas pontuais e erráticas, incommunicantes entre si. Todavia, apenas constatar o fato não é suficiente. Com efeito, quem foi derrotado não foi a democracia, um rótulo geralmente etiquetado do exterior de toda insurgência de movimento. Quem foi

derrotado na verdade foi a revolução pela própria democracia. Nesse sentido, quem segue invocando a primeira impede a perspectiva da segunda.

Longe de estarmos posicionados num momento decisivo de ação revolucionária, então, a crise é um estado de exceção permanente, um apocalipse duradouro. No lugar das lentes da economia política, afloram seguidamente no livro os instrumentos e as mensagens de uma teologia política. O apocalipse deve ser entendido, ao contrário, como já tendo ocorrido, porque o anúncio contínuo de sua chegada iminente apenas serve para normalizar os meios repressivos aptos em combater quem busque subverter o existente. A *crise como oportunidade* deveria por isso ser substituída pela *catástrofe como oportunidade*. Porque há vida na catástrofe, dizem-nos os nossos amigos. Ou melhor, a catástrofe é o espaço de onde se libertam a auto-organização e as comunidades de solidariedade. Dizer isso não é uma coisa particularmente nova, há um filão que defende a mesma linha já há bastante tempo, muito libertário e muito americano, até chegar aos episódios dos furacões Katrina (2005) e Sandy (2012). Porém, aqui vale uma observação importante, não podemos cair na retórica do “ser da necessidade”, da figura da *falta* que imediatamente convoca quem poderia preencher o vazio. Disso, decorre uma crítica pontual às ideologias associativistas e cooperativistas, explícitas ou implícitas, que atuam dentro dos movimentos na crise. Porque elas terminam por reproduzir a separação entre o ser da necessidade e quem se pressupõe representante das demandas, o que reduz o primeiro a um ator passivo e o segundo a um prestador de serviços. Esses não são uma alternativa ao capitalismo, como sustentam os nossos amigos, mas apenas uma alternativa para a própria luta. Este realmente é um tema contraditório e ambivalente, difícil de ser contornado somente com uma crítica à ideologia, e que não pode ser nem afastado, nem nele ficarmos amarrados. Em seguida, é preciso distinguir a prática que cria uma nova ligação social potencialmente antagonista das meras receitas burocráticas, que reproduzem setorizações e separações do ser da necessidade, preparando-o à representação. É preciso contornar o perigo de converter o mero atendimento das necessidades em finalidade política, o que neutraliza o que as necessidades portam de subversão, de potencial para a socialização das possibilidades de luta. Nessa passagem para a luta, acrescentamos, o ser da necessidade se torna sujeito do conflito, e os pobres devêm classe.

Nós e eles

“Não é a fraqueza da luta que explica a evaporação de toda perspectiva revolucionária; é a ausência de perspectiva revolucionária crível que explica a fraqueza das lutas”. Aqui não podemos deixar de ouvir os ecos de Lênin: sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário. Vejamos agora em que consiste essa perspectiva.

Têm razão os nossos amigos ao pontuar que não se mede a radicalidade de uma manifestação pelo número de vitrines quebradas, e têm uma razão igual e óbvia em fazer pouco caso de apelos abstratos à não-violência absoluta. Ainda outra vez, anarquistas e esquerda — como formato político e da mente — são os principais alvos da polêmica. “A verdadeira questão para os revolucionários — continuam — é aquela de fazer crescer as potências vivas de que participam, organizar os devires revolucionários para se alcançar, afinal, uma situação revolucionária”. Ok, é portanto revolucionário o que causa efetivamente as revoluções... Mas, então, onde procurar os embriões das potências vivas, as condições de possibilidade dos devires revolucionários? E aqui as coisas se simplificam para os nossos amigos ao mesmo tempo que se complicam para nós.

No livro, na tonalidade política que o anima, reaparecem continuamente o “nós” e o “eles”, o amigo e o inimigo. Isto é absolutamente correto enquanto ponto de vista e como objetivo, mas extremamente problemático se esse “nós” e esse “eles” devam ser imaginados como pertencimentos espontâneos ou simples frutos de escolhas individuais. O que motiva realmente o “nós” a sê-lo? Com base na leitura, responderíamos: o desejo de insurreição. Nada ou quase nada, no entanto, nos é dito sobre como e onde se forma esse desejo.

Em consequência, de uma parte, existem os revolucionários em comum, de outra parte, a obra da contrainsurreição. É como se no meio não houvesse nada. “There is no such a thing as society”, sustentava Margaret Thatcher; não existe mais uma “sociedade” a ser destruída nem convencida, repetem os nossos amigos. O problema é que com isso desaparecem as composições sociais e de classe, as relações de produção e de exploração, a especificidade dos tempos, dos lugares e das contradições. É como se os espaços existentes entre a insurreição e a contrainsurreição estivessem estofados de massas intermináveis de zumbis, como aparece na Hollywood do capital. O mundo é assim achatado na luta entre guardas e ladrões, os punitivistas aplaudem os primeiros, os revolucionários se identificam com os segundos. As subjetividades são desse jeito

simultaneamente exaltadas e esvaziadas. Existem sempre e não existem nunca. Arriscam serem transformadas em significantes vazios, que os revolucionários deveriam simplesmente preencher, atraindo-os para o seu próprio lado, ao revelar-lhes como é boa a alegria do comum (que, em sua conotação objetivamente positiva, se torna apenas outro nome para o que os marxistas chamavam de “consciência de classe”).

“Onde quer que haja conspiração: nos átrios dos condomínios, na hora do café, nos fundos do kebab, nas baladas, nos amores, nas prisões.” Pode até ser verdadeiro do ponto de vista fenomenológico, mas isso é pouco útil do ponto de vista político. Permite sem dúvida comentar as insurreições que acontecem, mas não antecipa as que podem vir a acontecer. E é exatamente aqui, na antecipação daquilo que ainda não é, que se coloca a ação do militante revolucionário. Para buscar agarrar a tendência e desdobrá-la num sentido diferente. “Nós não a esperávamos, mas a organizamos”, dizia Romano Alquati a quem lhe perguntava se deviam esperar a explosão das lutas operárias nos anos ’60. Por mais que esteja em toda parte, de fato, a “conspiração” não se move num espaço liso e homogêneo: existem diferenciais de potência que não estão determinados meramente pela hierarquia capitalista, mas antes de tudo pelas possibilidades de lutas, de atacar o inimigo. Existem lugares e tempos historicamente determinados onde se constroem os processos de conflito e eventos de ruptura.

O próprio Alquati, quando realizava copesquisa na Fiat, falava de uma “organização invisível”, através do que os operários se comunicavam, fermentavam as lutas, articulavam-lhe os tempos, bloqueavam a fábrica. Dali nascia a greve “a gatto selvaggio”, que era imprevisível, portanto incontrolável a partir de uma mediação reformista. A ação acontecia por meio de um rodízio de táticas, métodos, tempos e lugares, e não reivindicava nada. Aquele era o ponto mais avançado da não-colaboração operária. A tarefa de uma organização política, dizia Alquati na época, não era planejar de maneira predeterminada o “gatto selvaggio”, porque dessa forma se correria o risco de torná-lo assimilável e domesticável pelos patrões. A organização deveria, ao contrário, contribuir para intensificar o “gatto selvaggio”. Essa organização invisível, essa “espontaneidade organizada”, se constituía através de um processo material, num lugar e num tempo determinados, recheada de operários específicos e comportamentos peculiares. Encontraremos outros exemplos comuns, em condições todavia particulares, e com formas de expressão diversas. Aquele não era um dado a-histórico, a luta não constituía um ato de fé. Em muitos lugares e em muitos tempos o processo não chegou a acontecer, ou se aconteceu o fez em formas totalmente outras.

Diversamente, no livro, temos a impressão que, dando por certa a existência da conspiração, se renuncia a pesquisar-lhe concretamente os traços e as condições de possibilidade. Ao dizer que “está por toda parte”, se arrisca dizer em nenhuma. Nos parece, noutras palavras, que falta aí não apenas a copesquisa das lutas, como aliás falta, ou pelo menos é insuficiente, um pouco em todos os lugares: o próprio *problema* da copesquisa, isto é, o problema de como a subjetividade se transforma em contrassubjetividade. Sem explicar esse processo de transformação, que também é um processo de antecipação, aposta política e tentativa de virar a tendência, a subjetividade termina reduzida a significante vazio. Conspira sempre, mas não comparece nunca em carne e osso, em suas especificidades espaciais e temporais, em suas formas de aceitação e recusa, em suas diferentes formas de potência concreta e virtual. O resultado é que se assemelha mais ao espírito santo que baixa do que a um sujeito revolucionário. Combate-se em nome deste vazio, arriscando de imaginar-se como o seu invisível representante na terra.

Desmercantilizar o desejo

Se Marx abandonado a si próprio corre o perigo de ficar preso no círculo fechado da lógica do capital, Lênin separado de Marx se torna vontade despida de materialismo, ruptura sem processo. A perspectiva se encarna nas lutas ou então não passa de pura anunciação. Se aconteceram insurreições sem revolução, como corretamente dizem os nossos amigos, seria uma autoconsolação atribuir a culpa exclusivamente aos corrompidos e traidores. Que fique claro, os pretensos “gerentes de movimento” existem — e como! Eles proliferam e são daninhos e os nossos amigos fazem bem em espicaçá-los. Mas pensar que o único problema seja a existência de traidores e corrompidos significa pecar pela autorreferencialidade, imaginar um mundo em que existam apenas duas espécies, revolucionários e contrarrevolucionários. O ponto, ao contrário, é que os revolucionários precisam se esforçar para entender o que existe no “entre”: a colher as formas de recusa, a romper os níveis de aceitação, a tentar antecipar as explosões, a colocar-se à altura delas quando acontecem, e a compreender o que sobra depois que passam. A transformar então o que está no meio numa “situação revolucionária”.

Vista desta perspectiva, a polêmica entre poder constituinte e poder destituente perde a consistência, porque quando um e outro são tomados enquanto separados, nada

podem nos dizer. Essa contraposição excludente nos foi, de fato, legada pela própria contrarrevolução, isto é, pelo pós-moderno. A nossa tarefa consiste em quebrá-la, não tomar posição dentro dela, sob a pena de legitimar-lhe o campo discursivo. Então, se a crítica ao abuso retórico do “constituente” nos parece convincente, temos porém a impressão que se lhe opor simplesmente o seu molde virado, isto é, o “destituente”, nos faça permanecer no interior do mesmo problema, na mesma contraposição vazia. Numa perspectiva revolucionária, não existe um *para* sem um *contra*, assim como um *contra* contém necessariamente um *para*.

Deslocar essa falsa dicotomia é que vai nos permitir conferir nitidez ao vértice ciclótico imposto pelo capitalismo contemporâneo, ou “cibernético”, como definido no livro, numa polêmica em comum ante a tecnofobia anarquista e a tecnofilia marxista. Na crise, os sujeitos ondulam continuamente entre euforia e depressão, os movimentos assim como os mercados financeiros. Isto vale, sobretudo, para as novas gerações, o principal campo de experimentação para a produção de uma subjetividade da crise, continuamente colocada na parede para escolher entre aceitação e niilismo, entre expectativas decrescentes e atitude *no future*. Uma “felicidade” e um “desejo” que não rompam essa dialética não passam de mercadorias, inclusive quando furtadas dos supermercados ou adquiridas gratuitamente em nossa comunidade militante. O comunismo é um movimento real, não um presente do desenvolvimento capitalista, nem um oásis que criamos no meio do deserto. O ponto não é tornar desejáveis as formas de vida da comunidade militante, ilhazinhas nas redes ou *obchinas* do século 21: também elas quando se percebem como mundos separados, aprofundam uma marginalidade inteiramente funcional à *governance* capitalista. O ponto é que se torne desejável a transformação das próprias condições de vida, a conquista coletiva da liberdade e autonomia. Porque não existe alegria sem luta pela alegria, e não existe luta pela alegria sem organização da luta.

Conquistar o desconhecido

Um livro como este dos nossos amigos dialoga com frações significativas da composição jovem e metropolitana, exprimindo-lhe parcialmente os problemas e o desejo de alternativas, as possibilidades antagonistas e a ambivalência das paixões. Exprime também o pensamento do imediato em sua dupla face: de um lado, a reapropriação do “aqui e agora” contra as correntes do passado e as utopias do futuro,

do outro lado, é fruto do colapso da temporalidade histórica, a sua fagocitose num presente sem fim, sem genealogia e sem perspectiva. No imediato se perde aquilo que é primeiro e aquilo que vem depois, ou seja, a possibilidade de antecipar e a necessidade de sedimentar. O contrário do imediato não é a mediação, mas o projeto, que se alimenta continuamente da relação entre construção de processo e salto em frente.

A ordem do discurso dos nossos amigos está entre outras coisas colocada em tensão com tantas experiências territoriais e metropolitanas que nos levam adiante. No interior desses percursos, tentam escapar da dialética entre local e global, desestruturando-lhes os termos, a fim de arrancá-los da logística do capital e, por conseguinte, imaginar a conexão entre planos com diversas consistências. Não simplesmente enraizando-se no território, mas produzindo-o. Pois é aí que afloram os problemas materiais, rasgando o véu das soluções retóricas. Aqui há tanto trabalho político a ser feito, para os nossos amigos e para todos.

Há então, de qualquer modo, uma atitude de fundo da parte dos nossos amigos que compartilhamos, independentemente das expressões concretas que ela assume: é a disponibilidade ao desconhecido. Isto que antes de qualquer coisa deve ser recusado é o que já conhecemos: a miséria da condição presente. A guerra e a barbárie futura não podem ser sacadas como armas de chantagem, porque a guerra e a barbárie as sofremos todos os dias. O conhecido é que nos dá medo. Para derrotar esse medo devemos predispor-nos ao desconhecido. Não para estetizá-lo ideologicamente, mas para conquistá-lo concretamente. Ainda nos servem tanto esforço e tanta disciplina para respirarmos juntos, coletivamente, o ar da autonomia.